

# As Possibilidades Da (S) Democracia (S)

---

Israel Roberto BARNABÉ \*

---

**RESUMO:** Este artigo consiste de uma tentativa em analisar as possibilidades das democracias no mundo atual - principalmente com relação aos novos movimentos sociais no Brasil - para além do regime democrático.

Para tanto, estaremos pautados em autores como Antonio Gramsci e outros, cujos trabalhos servem de base para entendermos algumas questões atuais sobre o contexto brasileiro.

Atentos para os limites inerentes aos movimentos sociais, procuraremos ressaltar a importância da questão democrática e as possibilidades das democracias num mundo dominado pelo mercado, onde os problemas econômicos parecem ter tirado de cena e da sociedade civil a questão política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia, sociedade civil, movimentos sociais.

## **Antonio Gramsci: algumas considerações**

Muitos estudos têm sido realizados ultimamente sobre a vida e a obra de Antonio Gramsci. A preocupação de vários estudiosos em retomar os escritos desse autor para auxiliar a compreensão das sociedades contemporâneas mostra a atualidade de Gramsci e sua importância no mundo acadêmico. Embora não tenhamos aqui a intenção de analisar com detalhes os conceitos e os pensamentos de Gramsci - dadas a complexidade dos mesmos e a impossibilidade de analisá-los adequadamente dentro dos limites de um artigo - buscaremos esboçar algumas idéias do autor, com a preocupação central em mostrar a proximidade dessas com as democracias do mundo atual.

Vivemos hoje num mundo onde a reprodução ampliada do capital e

---

\*Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP - Campinas/SP. Orientador: Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

suas conseqüências atingem, às vezes de forma violenta, às vezes de maneira mais tênue, todos os cantos do planeta. Esse processo de expansão do capitalismo, conhecido como "globalização", gera uma crise nos paradigmas científicos, mais especificamente sociológicos e exige, dos cientistas sociais, uma releitura atenciosa dos autores clássicos que têm embasado os trabalhos científicos, buscando uma adequação de suas idéias à complexidade dos dias atuais.

Esta "releitura necessária" é, do nosso ponto de vista, a primeira grande contribuição deixada por Gramsci. Ao analisar a obra de Marx, Gramsci reafirma duas idéias importantes: a) a existência de dominantes e dominados (uma relação histórica que deve ser eliminada); b) a existência das classes sociais e a importância dessas nas transformações sociais, onde a classe operária continua sendo o sujeito primeiro de transformação, porém não o único.

Por outro lado, em seu trabalho de releitura, Gramsci critica o reducionismo econômico do marxismo clássico, e nega: a) a separação entre a infra e a superestrutura; b) a determinação da infra-estrutura sobre a superestrutura onde esta seria apenas um reflexo daquela; c) o conceito clássico de "ideologia" que concebe as idéias como sendo uma visão distorcida da realidade - o princípio da inversão.

Outro autor que concorda com as críticas de Gramsci é Raymond Williams. Em seu livro *Marxism and Literature*, o autor afirma que análises sobre a cultura (e acrescentamos, sobre a política e, fundamentalmente, sobre as relações entre cultura e política) não devem partir do pressuposto da existência de uma base determinante e uma superestrutura determinada. O autor formula o conceito de "mediação" para substituir a idéia clássica de "reflexo".

Gramsci passa a analisar a sociedade não como dois pólos separados (infra e superestrutura) mas sim como uma "totalidade orgânica" - um "bloco histórico" onde a noção de "hegemonia" sobrepõe-se ao conceito de "ideologia" e toma centralidade em suas investigações.

Entendemos ser importante apontar aqui a diferença entre "dominação" e "hegemonia". Essa distinção é necessária para podermos esclarecer a não-hegemonia exercida pela burguesia num mundo predominantemente capitalista.

Segundo Gramsci, a burguesia estabelece seus interesses particulares de classe e, através da subordinação ideológica e do uso da força (coerção), faz com que esses pareçam ser os de toda a sociedade, gerando uma aceitação e um conformismo generalizados. A hegemonia (ou direção), por outro lado, se constitui como um modo específico de exercício do poder onde, através do "consentimento ativo" das massas, vários segmentos da sociedade (e não apenas

a classe operária) passam a se sentir representados de fato nas decisões políticas. Assim, o conceito de "hegemonia" constitui-se enquanto "(...) um processo de articulação de diferentes interesses ao redor de uma gradual e sempre renovada implementação de um projeto para a transformação da sociedade." (Dagnino, E., 1998, p.6)

Daí a necessidade apontada por Gramsci de haver uma "ligação" entre os intelectuais e a massa onde aqueles elaborem e tornem coerentes os princípios e os problemas que a massa coloca com a sua atividade prática. (Gramsci, A., 1978)

Este papel do intelectual orgânico, que age a partir de uma realidade já estabelecida pela experiência prática das massas, faz com que a leitura que fazemos de Gramsci se afaste de outras, como as que o aproximam de Lênin, por exemplo, que viam o intelectual como o portador da verdade e com a função de levar essa verdade às massas desprovidas de conhecimento. Esta nova maneira de se pensar a política nos remete a uma discussão sobre o Estado e sobre o poder.

A grande maioria das análises políticas concebe o Estado como a instância de condensação das relações de poder e como o locus específico de dominação na sociedade. O Estado possui aqui uma centralidade e é analisado como sendo a única arena decisiva das relações de poder - uma visão "estadista" da política. Essa corrente que pensa o Estado como um "bloco monolítico e estático" tem sido predominante na América Latina, onde um Estado forte e intervencionista configura-se como principal agente de transformação social e está historicamente relacionado à construção da nação (projetos populistas, nacionalistas e desenvolvimentistas).

O marxismo clássico, ao partilhar dessa concepção de Estado, prega que a transformação social só seria possível via Revolução, onde um ataque frontal ao poder do Estado (Guerra de Movimento) e a conseqüente possibilidade de transformação das relações de produção se dariam através de um ato súbito de insurreição e, portanto, com o uso estrito da força - visão esta que tem marcado a história dos movimentos de esquerda, principalmente na América Latina.

Gramsci nos propõe uma outra visão do Estado e um outro caminho possível para a concretização das transformações sociais. Segundo o autor, o Estado é apenas uma expressão das relações de poder que atravessam a sociedade como um todo - uma "trincheira avançada". Ou seja, o poder, na sociedade capitalista, é um conjunto de relações sociais a ser transformado e não está concentrado no Estado, mas sim nas relações que permeiam a sociedade civil.

Analisando a elite política da cidade de Araraquara, pudemos notar a influência marcante de setores da sociedade civil no exercício do poder e definimos "elite política",

(...) não apenas como a somatória de prefeitos e vereadores de um município, mas sim formada também por um conjunto de indivíduos com poder econômico, político e ideológico que, influenciando de forma direta ou indireta o exercício do poder e unidos por interesses comuns, apesar de eventuais contradições entre si, foram um grupo coeso, trabalhando basicamente pelo mesmo interesse, qual seja: o controle do poder local. (Barnabé, I. R., 1998, p. 30)

Esta outra maneira de se pensar o Estado levou Gramsci a analisar, também de forma diferente, as possibilidades de transformações sociais nas sociedades capitalistas. Segundo Gramsci, a Revolução não se daria de um só golpe contra o Estado, como defendem os marxistas tradicionais, e sim através de um ato processual, longo e gradual (Guerra de Posições). Aqui, o poder passa a ser visto não como uma instituição da qual é possível apoderar-se e sim como uma relação de forças sociais que deve ser transformada num contexto onde a sociedade civil - arena da política, terreno privilegiado da reforma intelectual e moral e da construção da vontade coletiva - adquire um papel central.

## **Sociedade civil e democracia**

A idéia de sociedade civil surge como um rejuvenescimento da vida pública, num mundo ocidental desiludido com os limites políticos. Buscando retomar os poderes (econômico, social, político e de expressão) da sociedade, usurpados pelos Estados, a sociedade civil se fortalece na América Latina a partir das décadas de 70 e 80, quando os modelos do Estado-modernização se desintegram.

Atualmente a sociedade civil tem sido objeto de discussão constante. Na primeira reunião entre os Chefes de Estado e Governo da América Latina e Caribe e da União Européia (Cimeira), realizada na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 28 e 29 de Junho de 1999, algumas discussões tiveram a sociedade civil como foco. No item 33 da "Declaração do Rio de Janeiro" - documento resultante desta reunião, os participantes se comprometem em,

Ressaltar a importância da contribuição de novos atores, parceiros e recursos da sociedade civil com o objetivo de consolidar a democracia, o desenvolvimento social e econômico, bem como aprofundar o respeito aos direitos humanos. A cooperação internacional, envolvendo recursos públicos, requer um diálogo do qual participem os Governos e a Sociedade Civil. ... ( O Estado de São Paulo, 30 -6 - 1999)

Entretanto, o conceito de "sociedade civil" tem sido usado muitas vezes para referir-se à sociedade como um todo homogêneo e sem conflitos. Desde logo, gostaríamos de salientar o conteúdo enganoso dessa corrente, muitas vezes utilizada em campanhas políticas. Em um discurso de Fernando Collor de Mello de 16 de março de 1990, por exemplo, este afirma que: "O Estado não é mais o motor da história nem a tábua de salvação. Na democracia, quem salva a nação não é o governo, é a sociedade." (Nogueira, M.A., 1998, p.123). Embora Collor não use, nessa declaração, o termo "civil", fica clara a tendência do então futuro presidente da República em considerar a sociedade como um ser único e homogêneo.

Refutando este tipo de interpretação, concordamos com Evelina Dagnino quando esta afirma que,

(...)definir a sociedade civil como arena da luta política pela hegemonia significa necessariamente reconhecer sua natureza contraditória e heterogênea e rechaçar sua mistificação como um polo virtuoso contra um Estado diabólico. (Dagnino, E., 1998, p. 14)

Pensando à partir do marco tripartite gramsciano: sociedade civil, Estado e mercado, e baseados nas análises de Habermas sobre a sociedade civil através de uma teoria social dualista capaz de diferenciar as lógicas do "sistema" e as do "mundo da vida", os autores Arato e Cohen elencam três complexos de direitos fundamentais para a existência da sociedade civil, quais sejam:

1) os direitos de reprodução cultural (liberdade de pensamento, imprensa, expressão e comunicação); 2) os direitos garantidores da integração social (liberdade de associação e reunião); 3) os direitos asseguradores da socialização (proteção da privacidade, intimidade e inviolabilidade do indivíduo).

Neste sentido, assegurada institucionalmente por um conjunto de direitos

que a pressupõem e a diferenciam das esferas da economia e do Estado, a sociedade civil se consolida, no mundo moderno, onde

(...) uma pluralidade de atores pode contar com um horizonte de normas e sentidos mutualmente pressupostos e "participar", quando necessário, na sua redefinição e negociação. Somente em uma tal base cultural é possível conceber uma sociedade civil pós-tradicional. (Arato, A. e Cohen, J., 1992, p.158 - grifo nosso).

Na América Latina e mais especificamente no Brasil, a sociedade civil surge com mais força a partir da instauração do regime militar, onde a luta pela redemocratização acentua a participação das classes médias urbanas, preocupadas em denunciar as violações dos direitos políticos. Nesse período começam a surgir os movimentos e organizações da sociedade que, embora fragmentados, localizados e com uma participação popular mínima, já vão adquirindo uma certa importância no cenário político.

Já na década de 80, quando o processo de redemocratização do país ganha mais força, surgem os chamados "novos movimentos sociais" que, buscando um fortalecimento da organização societária e, portanto, se identificando com a sociedade civil, não se incorporam na estrutura do Estado, nem se reduzem à institucionalização partidária.

Pensando não mais na reestruturação do Estado a partir de um novo princípio, mas sim através da redefinição das relações entre Estado e sociedade sob o ponto de vista desta última, o papel da política e, naturalmente, dos novos movimentos sociais, passa a ser o de organizar a sociedade e determinar novas formas de relação entre Sociedade e Estado/Sociedade e Mercado. (Avritzer, L., 1994).

Essas abordagens nos remetem para além da dicotomia entre Estado e Sociedade e ainda para além do marco tripartite Estado/sociedade civil/mercado. Notamos, na verdade, que a sociedade civil ora se relaciona com o Estado, ora com o Mercado, ligada à idéia de "guerra de posições" contra a usurpação de um Estado autoritário - o que resulta em ações democratizantes.

Reproduzindo uma idéia de Habermas, o "mundo da vida" se organiza em movimentos sociais que fundam a democracia. Podemos afirmar portanto que, se Gramsci nos leva à sociedade civil, a sociedade civil nos leva à (s) democracia (s).

## Para além do regime democrático

O conceito de "democracia" é um dos mais polémicos das ciências sociais. Entendemos que o processo histórico contemporâneo exige dos cientistas uma análise mais atenta à questão democrática, tendo em vista a complexidade social e de movimentos da sociedade em que estamos inseridos.

Se retomarmos a Segunda Internacional que via a revolução proletária como necessária e inevitável, nos deparamos com uma visão extremamente negativa da democracia, sendo esta vista apenas como uma típica expressão ideológica da classe burguesa. Essa corrente, assumida por parte da esquerda brasileira, pensava na falsidade ideológica de representação gerada por um regime democrático onde o cidadão (elemento primeiro desse regime político), individualizado, seria incapaz de organizar-se e de exigir seus direitos, inclusive o direito maior de participação política.

Entretanto, na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, as lutas pela redemocratização durante o regime militar e o processo contínuo da sociedade civil na busca do direito a ter direitos (que teve como participantes ativos os movimentos sociais) possibilitaram uma releitura da noção de democracia para além das concepções marxistas. Nota-se então, a emergência da construção hegemônica da democracia como projeto da esquerda - a elaboração de uma "referência coletiva" capaz de expressar uma vontade democrática coletiva. Neste sentido, busca-se uma concepção de democracia que transcenda os limites das instituições, passando a analisá-la não apenas como um regime político e sim como o conjunto da sociedade (Dagnino, E., 1998).

Não descartamos aqui a importância de se viver em um regime democrático - o direito ao voto, a liberdade de expressão e outras conquistas pós regime militar são ferramentas importantes para a realização de democracias mais amplas. Nem desconsideramos tampouco o papel central exercido pelo Estado (nos níveis municipal, estadual e federal) nos dias atuais. Assim, concordamos com Vera da Silva Telles quando esta afirma que,

Não se trata de recusar o papel do Estado em nome de supostas virtudes empreendedoras (na versão liberal) ou libertárias (na visão de esquerda) da sociedade civil. Trata-se, sim, de construir, entre Estado e sociedade, a interface dada por arenas públicas que possibilitem a negociação democrática das regras de equidade nos usos dos recursos públicos dos quais dependem economia e sociedade (Telles, V.S., 1994, p.49)

As negociações democráticas têm como atores principais os movimentos sociais contemporâneos que, buscando resgatar a noção de sociedade civil, articula seus projetos de democratização, mostrando as possibilidades e os limites dos projetos de ampliação da democracia nas sociedades formalmente democráticas. É a partir da organização dos novos movimentos sociais que podemos notar o

(...) surgimento de uma pluralidade de associações orientadas para a reconstrução de uma vida pública democrática em todos os níveis societários. Os movimentos são descritos enquanto fator dinâmico na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil (Arato e Cohen, 1992, p. 173).

Pensando nos limites dos movimentos sociais e na "democracia radical autolimitada", Arato e Cohen afirmam que a sociedade civil deve exercer uma dupla tarefa: a) a aquisição pelo público de influência sobre o Estado e a economia, b) a institucionalização dos ganhos dos movimentos sociais - o que, no caso do Brasil, pode ser observado na Constituição de 1988 onde muitas lutas e reivindicações se tornaram leis nacionais. Surge aqui uma questão importante: "(...) podem os movimentos sociais tornarem-se ofensivos sem abdicarem da distinção entre sistema e mundo da vida [Habermas], que parece deixar as mais poderosas esferas sociais nas mãos da racionalidade sistêmica ? (Arato e Cohen, 1992, p. 175)

Em uma resposta breve, podemos afirmar que os movimentos sociais devem ser vistos, principalmente, como a democratização de valores, normas, instituições e identidades sociais enraizadas, em última instância, na cultura política. Neste sentido, o sucesso dos movimentos sociais não seria mais concebido enquanto inclusão no poder estatal (reforma) ou enquanto destruição do Estado (revolução), e sim enquanto reconstrução da sociedade civil e controle da economia de mercado e do Estado burocrático. O movimento social seria, portanto, uma forma complexa de ação que, ao fazer aflorar conflitos para além dos limites institucionalizados, buscaria a consolidação da democracia ampliada - sua maior luta (Alonso, J., 1995).

## **Considerações finais**

Buscamos, no presente artigo, repensar as possibilidades da (s)

democracia (s) no mundo atual e, mais especificamente, no Brasil. Neste sentido, recorreremos a Antonio Gramsci e outros autores que nos possibilitaram investigar a importância da sociedade civil e da democracia para as sociedades contemporâneas.

Muitas críticas têm sido feitas com relação ao regime democrático. Mesmo entre os países desenvolvidos, a crescente demanda popular por direitos e a ineficácia do Estado em atendê-los têm gerado crises e questionado esse tipo de regime político.

Em virtude disso, o plural do título desse artigo é proposital. Ou seja, pensando na complexidade dos movimentos sociais e na heterogeneidade dos mesmos, atentamos para as várias democracias existentes na luta desses movimentos e para a necessidade de que a sociedade civil não se limite a exigir o cumprimento de leis, mas que possa participar da elaboração de projetos políticos com o intuito de satisfazer as necessidades da maioria da população, apesar das contradições inerentes a esse processo - uma luta constante pela hegemonia.

Gostaríamos de salientar que não concebemos os movimentos sociais como possibilitadores de transformações estruturais no capitalismo que pudessem desembocar no fim deste sistema de dominação. Nem concebemos as democracias como uma panacéia para todos os problemas sociais. Não é objetivo desse artigo apontar a existência ou não de indícios na sociedade atual de que tais transformações seriam possíveis num futuro próximo. Porém, alguns estudiosos apontam o desemprego estrutural e, portanto, os desempregados permanentes como novos sujeitos revolucionários; outros apontam para o surgimento de uma classe proletária revolucionária global. Entendemos que estamos carentes de estudos mais substanciais sobre essas possibilidades.

Entretanto, também não concordamos com autores que, como Francis Fukuyama, apontam para o fim das transformações mais amplas e afirmam que vivemos hoje em um "eterno presente" consolidado pela democracia liberal. Essa visão nega o próprio movimento das sociedades humanas.

Os "limites" dos movimentos sociais não diminuem a importância de suas lutas pelas democracias no mundo atual, e será a partir das conquistas desses movimentos que poderão surgir novas idéias para a diminuição da absurda desigualdade social com a qual nos deparamos atualmente. A luta por um mundo mais justo se insere como principal objetivo da sociedade civil e é, sem dúvida nenhuma, a mais importante das possibilidades das democracias.

## Referências Bibliográficas

- ALONSO, J. A Sociedad Civil en Óptica Gramsciana. Sociedad Civil, n.1, v.1, México, 1995.
- ARATO, A. e COHEN, J. Civil Society and Political Theory, Cambridge: Mit Press, 1992.
- BARNABÉ, I. R. Elite Política e Poder Local: um estudo de caso em Araraquara (1990-1995). Dissertação de Mestrado. Unesp - Campus de Araraquara, 1998.
- CIMEIRA - Declaração do Rio de Janeiro. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 - 6 - 1999.
- DAGNINO, E. Culture, Citizenship and Democracy: Changing Discourses and Practices of the Latin American Left. Cultures of Politics/Politics of Cultures. Re-visioning Latin American Social Movements. Sonia Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar (orgs.). Boulder: Westview Press, 1998.
- GRAMSCI, A. A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KHILNANI, S. The Development of Civil Society, Birbeck College, University of London, s/d.
- LEONARDO A. Sociedade Civil: além da dicotomia Estado e Mercado e Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. Sociedade Civil e Democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- LOAEZA, S. La Sociedad Civil me da miedo. Cuaderno De nexos, México, 1994.
- MOUFFE, C. Hegemonía e ideología en Gramsci. Revista Arte, Sociedad, Ideologia, n. 5, México, 1978 (mimeo).
- NOGUEIRA, M. A. As Possibilidades da Política - idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- TELLES, V. S. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. Revista Pólis, n.14, 1994.
- WILLIAMS, R. Marxism and Literature. Oxford University Press, 1977.